

CONEXÃO AMÉRICA LATINA

Venezuela entre emergências e incertezas

Margarita López Maya

Ano 2, Volume 3

PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



FUNDAÇÃO

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO



CONEXÃO AMÉRICA LATINA

Venezuela entre emergências e incertezas

Margarita López Maya

Ano 2, Volume 3

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, dedicada ao fortalecimento das instituições e da cultura democrática na América Latina, através do debate pluralista de ideias sobre as transformações na sociedade e na política da região e do mundo.

Coleção: Conexão América Latina – dirigida por
Bernardo Sorj e Sergio Fausto.

Tradução Sérgio Molina

Revisão Beatriz Kipnis

Projeto Gráfico Felipe Martins

Copyright © Edições Plataforma Democrática
São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2023

López Maya, Margarita

Venezuela entre emergências e incertezas / Margarita López Maya. - I. ed. -

São Paulo: Edições Plataforma Democrática, 2023.

26 p. (Conexão América Latina)

ISBN: 978-65-87503-31-8

1. Ciências Sociais. 2. América Latina. I. López Maya, Margarita. II. Título. III. Série.

CDU: 316

CDD: 301

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



APRESENTAÇÃO

Na série *Conexão América Latina*, publicada por *Plataforma Democrática*, os leitores encontram ensaios sobre as mudanças políticas, culturais e socioeconômicas que afetam a qualidade da democracia na América Latina, quando não sua própria existência, seja em países específicos, seja em partes da região, seja nela em seu conjunto.

Os textos aqui publicados se dirigem ao público interessado nos caminhos e descaminhos da América Latina, especialistas, acadêmicos, jornalistas, políticos, empresários, ativistas, cidadãos que buscam compreender melhor os destinos de nossa região.

VENEZUELA ENTRE EMERGÊNCIAS E INCERTEZAS



Margarita López Maya¹

Desde 2016, a ONU reconhece que a Venezuela vive uma “emergência humanitária complexa” (EHC), ou seja, que o país sofre uma crise multicausal e multidimensional com efeitos devastadores sobre todas as esferas da sociedade e do Estado². Essa situação persiste até hoje, mas ao longo desses oito anos ocorreram transformações dentro das diversas crises.

Aqui compartilhamos dados, análises e interpretações sobre aspectos socioeconômicos, internacionais e políticos dos meses recentes, dentro da série de crises que parece não ter fim. A imagem mais dolorosa dessa situação está nos já cerca de oito milhões de venezuelanos que fugiram do país, um fluxo migratório de 25% da população, que não se detém e que o governo não reconhece nem se esforça por aliviar.

Na primeira parte, apresentamos indicadores econômicos pós-pandemia, que refletem uma melhora da economia, mas pouco fôlego e continuidade duvidosa. Na segunda parte, analisamos aspectos da debacle petrolífera. Na terceira, as iniciativas governamentais com o objetivo de fortalecer as alianças internacionais com autocracias emergentes no mundo. Na quarta,

1 Historiadora, professora titular (aposentada) do Centro de Estudios del Desarrollo da Universidade Central da Venezuela (CENDES-UCV), membro do Centro de Estudos Políticos da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) e atualmente presidente da Latin American Studies Association.

2 Para uma definição do EHC, ver <http://www.dicc.hegoa.ehu.es/listar/mostrar/85>, acesso em 15 ago. 2019, e <http://efectococuyo.com/salud/siete-claves-para-entender-la-emergencia-humanitaria-compleja-que-vive-venezuela/>, acesso em 15 ago. 2019.

nos debruçamos sobre os dados mais relevantes da crise social. Deixamos para o final as perspectivas políticas, com foco nas eleições primárias deste ano e nas presidenciais de 2024.

Analisar a situação atual da Venezuela é um desafio, devido à ausência de dados oficiais. A partir de 2016, o governo de Nicolás Maduro suspendeu a publicação de estatísticas nacionais, embora, em determinadas conjunturas, divulgue algumas, pouco confiáveis. Há fontes não oficiais, mas a polarização e o conflito de interesses alertam constantemente para a necessidade de contrastá-las e ter a máxima cautela na sua interpretação. Minha larga pesquisa acadêmica acerca dos processos sociopolíticos contemporâneos da Venezuela me permite trabalhar com certa segurança sobre fontes e tendências³. Tentarei não sobrecarregar a leitura com citações, mas alguns dados são tão dramáticos que é preciso fornecer suas fontes.

1. O encolhimento da economia

Na economia, o país passou por uma das recessões mais longas e duras do continente. Em 2017, depois de quatro anos de recessão, entrou num ciclo de hiperinflação que se estendeu até 2021. Isso transformou a economia venezuelana numa das menores da região, ocupando atualmente a décima quinta posição, pois seu aparelho produtivo, segundo o Observatorio Venezolano de Finanzas (OVF) reduziu-se em 80% desde 2017. Superada a hiperinflação, em 2022, o país teve um crescimento do seu PIB, que segundo a Cepal foi de 12%, e segundo o governo, de 18,7%. A inflação continuou sendo a mais alta da região, 146% ao ano, mas o período de oito anos de recessão ficou para trás.

A recuperação foi modesta, considerando-se a grande queda anterior, e se deveu, entre outros fatores, à dolarização de fato

3 Minhas publicações podem ser lidas em: <https://margaritalopezmaya.com/>

da economia e às flexibilizações regulatórias que o governo promoveu. Também a invasão da Ucrânia pela Rússia aumentou os preços do petróleo, mas esse fator pouco contribuiu, dada a prostração da indústria petrolífera. Para dar esses passos, o governo contou com a assessoria de economistas equatorianos do governo de Rafael Correa. As flexibilizações incentivaram certa atividade econômica privada, mas vem desacelerando nos últimos meses do ano.

No início de 2023, a Cepal e o FMI projetaram um crescimento de 5% do PIB, mas vêm reajustando essa previsão para baixo. Na ausência de estatísticas oficiais, o OVF apresentou os números dos dois primeiros trimestres, com uma queda de 7,6 % e 6,3% respectivamente, em comparação com o mesmo período no ano anterior. Com isso, a economia entrou num novo ciclo recessivo. Os especialistas coincidem que isso se deve à falta de crédito, a salários irrisórios, à precariedade de serviços básicos, como eletricidade, infraestrutura, transporte e água; à restrição das remessas e ao imposto sobre as transações financeiras decretado por Maduro. O governo responsabiliza as sanções, coisa que discutiremos mais adiante. A inflação acumulada de janeiro a julho de 2023 foi de 115%, e até o fim do ano poderá acumular 200%, ou até mais. O dólar, que em setembro rondava os Bs 35,5, poderá ser cotado a mais do Bs 60 no término de 2023.

2. Petróleo: um negócio decadente

O negócio petrolífero aumentou seus preços de mercado por causa da Guerra da Ucrânia. Sanções impostas por EUA e Europa tiraram o petróleo russo de muitos mercados no Ocidente. Essa alta de preços não pôde ser satisfatoriamente aproveitada pelo governo de Maduro, por causa da prostração e bancarrota da empresa Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA).

A destruição da principal indústria do país e uma das maiores e mais bem-sucedidas da região, é uma história insólita, difícil de entender sob qualquer racionalidade. Por que os governos de Chávez e Maduro se encarniçaram de tal maneira contra a galinha dos ovos de ouro até levá-la a essa situação é uma questão que mereceria um livro. Aqui apontaremos somente alguns fatores.

A debacle começou no primeiro governo de Chávez, com a destituição de boa parte da gerência da PDVSA, por ter participado da greve petroleira de 2002–2003. Mais de 60% do pessoal, a grande maioria de nível gerencial, foi destituída, sem ser substituída por pessoal adequado às necessidades da indústria. Também não foram elaboradas políticas de substituição profissional. Com a vitória de Chávez sobre a greve, a PDVSA ficou sob seu controle, sem contrapesos institucionais para conter seus apetites. A partir de então, para gerenciar a PDVSA, o mais importante passou a ser a lealdade à revolução chavista.

Em 2008, o governo aprovaria impostos extraordinários a atividades de exportação e transporte ao estrangeiro dos hidrocarbonetos, aproveitando a alta nos preços médios do petróleo bruto. Com esse e outros mecanismos de controle sobre a renda do setor, o governo financiou projetos e/ou políticas sociais, como as *grandes missões*, subsídios a alimentos, saúde, educação, e chegou até a criar empresas não petroleiras, pondo a PDVSA na gerência de tais empreendimentos. Essas práticas afetaram a possibilidade de a PDVSA custear sua manutenção e novos investimentos. Ineficiência administrativa, desprofissionalização e o fim da prestação de contas se estenderam até provocar uma corrupção desenfreada. Segundo a ONG Transparencia Venezuela, em mais de 120 casos investigados, houve a malversação de mais de 42 bilhões de dólares do patrimônio público.⁴ Uma cifra astronômica.

4 “Un historial de corrupción en Venezuela”, disponível em <https://transparenciave.org/un-historial-de-casos-de-corrupcion-en-pdvsa/>, acesso em 16 ago. 2023.

Dois presidentes da PDVSA, um deles ligado a Chávez e o outro a Maduro caíram em desgraça. O primeiro, Rafael Ramírez, está no exílio, de onde acusa de corrupção Maduro e seu grupo mais próximo. Tareck El Aissami, uma das pessoas mais poderosas e próximas a Maduro, ex-presidente da PDVSA e ministro do petróleo, renunciou ao cargo em 2022, em meio a investigações por corrupção, e não se sabe seu paradeiro atual. Alguns dos colaboradores mais próximos estão presos ou fugiram do país. Essas ações têm sido apontadas como expurgos políticos. Desde 2018, a empresa está sob a administração de militares, sem formação nem experiência alguma nessa atividade. Com o desaparecimento de El Aissami, a presidência da PDVSA voltou a ser ocupada por um general.

A produção de bruto já havia caído muito antes das sanções impostas pelo EUA. Em 1998, a produção estava acima dos 3 milhões de barris por dia, e em 2011 situava-se em 2,47 milhões b/d.⁵ Em 2017, quando começaram as sanções, a produção não chegava aos dois milhões de b/d. A partir daí despencou, até atingir 527 mil b/d em 2020.⁶ Nessa baixa, sim, influíram as sanções impostas pelo governo de Donald Trump, mas os problemas da PDVSA são estruturais e muito anteriores.

A dívida crescente também começou nos anos de Chávez, e foi operacionalizada por meio de instrumentos financeiros, como a emissão de bônus. Políticas equivocadas, de caráter ideológico, a expansão do parque automotivo durante os anos de prosperidade e o contrabando de exportação levaram a um *consumo interno* exagerado. Durante a crise financeira internacional de 2008–2009, a PDVSA continuou a se endividar e a adiar seu plano de investimentos. Segundo pesquisas da Mesa de Unidad Democrática (MUD), em 2013, os incêndios em poços e refina-

5 Conforme dados da BP citados num documento do IESA, disponível em: <http://virtual.iesa.edu.ve/servicios/wordpress/wp-content/uploads/2013/10/02-12datospetroleo.pdf>, acesso em 16 ago. 2023.

6 <https://datosmacro.expansion.com/energia-y-medio-ambiente/petroleo/produccion/venezuela>, acesso em 15 ago. 2023.

rias se tornaram recorrentes. A taxa de frequência de acidentes passou de 0,8 a 6,00 por milhão de horas homem, sendo a média mundial na indústria petrolífera inferior a 1,0.

Nos meses recentes, graças à licença concedida pelo governo do EUA à Chevron, a produção de bruto atingiu algo em torno dos 750 mil b/d. As refinarias paralisadas por alguns anos estão sendo reativadas com a ajuda do governo do Irã, mas com muitos problemas, sem conseguir cobrir nem sequer a mirrada demanda interna. As filas intermináveis de veículos nos postos de gasolina são uma paisagem constante em todo o país. Essa escassez de combustível limita as possibilidades de uma reativação econômica interna significativa.

3. A política internacional

A política internacional, voltada desde o tempo de Chávez a reduzir a relação com os EUA, veio aprofundando essa tendência. Maduro foi chanceler de Chávez entre 2006 e 2013, período em que foi reforçado o vínculo com a política externa do governo cubano. Também é de Chávez a busca de um “mundo policêntrico e multipolar” como eixo da política externa. Maduro, no contexto das sanções, rompeu relações com o EUA em 2019 e depois disso fortaleceu seu alinhamento com Rússia, Cuba, Irã, China, Bielorrússia, Coreia do Norte e Turquia, entre outros Estados anti-EUA. Viaja com frequência a esses países, onde assina todo tipo de acordos de cooperação.

Cuba e Venezuela assinaram em 2000 um Convênio Integral de Cooperação, renovado e modificado conforme os interesses do momento. Abrange áreas como saúde, economia, educação, esporte e cultura. Também desde o tempo de Chávez, envia-se petróleo à ilha de forma gratuita. Nos anos de prosperidade, essa doação ultrapassava os 100 mil b/d. Na mesma linha, Chávez

também iniciou uma transformação das forças armadas venezuelanas, que hoje se assemelham às cubanas em concepção e estruturas. Os serviços de inteligência cubana são peça-chave da cooperação que Cuba oferece a Maduro; seus agentes atuam dentro dos estabelecimentos de segurança e defesa da nação, incluindo o aeroporto internacional da Maiquetía. Essa inteligência treina e vigia funcionários e militares venezuelanos. Em 2013, Maduro criou o Centro Estratégico de Seguridad y Amparo de la Patria (CESPPA), com o objetivo de unificar a informação sobre os opositores reunida por seus espiões — próprios e castristas. As viagens de Maduro a Havana são constantes, mas a pauta das discussões nunca é divulgada.

O Irã também é um aliado estratégico. A Venezuela mantém longa relação com esse país, por serem ambos produtores de petróleo e fundadores da Opep. Com Chávez, a relação se fortaleceu. E depois das sanções impostas pelo governo dos EUA, Maduro recorreu ao regime dos aiatolás para aliviar seus problemas de produção e comercialização de petróleo. Funcionários, engenheiros e especialistas têm vindo ao país para reativar refinarias e aumentar a produção de combustíveis. O governo paga esses serviços com petróleo e ouro. Os iranianos também dão assessoria para contornar as sanções internacionais. Em junho de 2023, o presidente do Irã, Ebrahim Raisi viajou à América Latina, com visitas a Venezuela, Cuba e Nicarágua. Nas suas declarações, enfatizou os estreitos laços para defender interesses perante os EUA, seu inimigo comum. Em 2022, Maduro visitara Teerã.⁷

As ligações com o governo russo de Vladimir Putin vêm se aprofundando no contexto da guerra com a Ucrânia. Entre 2022 e 2023, segundo um relatório de Transparência Internacional, foram assinados 260 convênios bilaterais de cooperação militar,

⁷ <https://datosmacro.expansion.com/energia-y-medio-ambiente/petroleo/produccion/venezuela>, acesso em 15 ago. 2023.

comercial e de tecnologia.⁸ O sistema de mídia pública na Venezuela, na realidade um aparato propagandístico do chavismo, tornou-se um replicador de conteúdo dos veículos estatais russos RT e Sputnik. O chanceler Serguei Lavrov visitou Caracas neste 2023. Ambos os governos declararam ter uma aliança estratégica para conseguir o fim das sanções. Quantos e até que ponto esses acordos são de fato operacionais é difícil saber, mas, no atual contexto de guerra, os interesses da Rússia e do Irã se beneficiam enormemente em ter um pé na região e um aliado quase incondicional tão perto dos EUA. Diferentemente de Cuba, a Venezuela vem manifestando constante apoio à Rússia na sua guerra contra a Ucrânia.

Com a China, as relações vinham esfriando nos últimos anos. Mas o governo venezuelano também assinou convênios de cooperação em ciência e tecnologia alternativas às ocidentais, bem como no campo da inteligência artificial. Quando do fechamento deste artigo, uma delegação presidida pela vice-presidente e pelo ministro do petróleo da Venezuela chegavam a Shanghai para um encontro com o governo chinês com o objetivo de buscar financiamento para sua combatida indústria petrolífera. Fazia mais de cinco anos que não se dava um intercâmbio de alto nível entre os dois países, mas a Guerra da Ucrânia vem propiciando realinhamentos dos governos antiocidentais, e o regime de Maduro é de interesse geopolítico também para a China, face às dificuldades que ambos os países tiveram no passado.⁹ Poucos dias depois, o próprio Maduro chegou de visita a Beijing, convidado por Xi Jinping.

As relações com a Colômbia foram muito acidentadas, mas, com a eleição de Gustavo Petro, houve diversas iniciativas que ate-

8 [Vozdeamerica.com/a/canciller-rusia-visita-venezuela-revisa-acuerdos-cooperacion-estrategica/7056576.html](https://www.vozdeamerica.com/a/canciller-rusia-visita-venezuela-revisa-acuerdos-cooperacion-estrategica/7056576.html), acesso em 20 ago. 2023.

9 <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3233534/venezuelas-president-maduro-seeks-chinese-money-revive-countrys-oil-sector>, acesso em 7 set. 2023.

nuaram os atritos. A Colômbia vem mostrando interesse em que a Venezuela volte aos espaços inter-regionais e que a apoie no seu esforço de pacificar seu país, particularmente com o ELN. Em abril, Petro convocou uma cúpula em Bogotá para tratar da crise venezuelana, com representantes de vinte nações. Solicitou-se a retomada das negociações entre o governo e forças opositoras no México, suspensas desde 2021, a suspensão das sanções e garantias para as eleições presidenciais livres em 2024. Até agora, a iniciativa teve poucos resultados.¹⁰ Por outro lado, desde a volta de Lula à Presidência do Brasil, também diminuíram as tensões com esse vizinho. Afetado, assim como a Colômbia, pela crise venezuelana e compartilhando ideologias de esquerda, ainda que moderadas, também o Brasil vem buscando um entendimento das partes em conflito na Venezuela, com vistas às eleições presidenciais democráticas, e trabalha pelo levantamento das sanções. Maduro já visitou o Brasil em 2023, e Lula convocou uma Cúpula de Presidentes em junho, na qual deu declarações polêmicas, afirmando que as acusações contra o governo de Maduro eram “uma narrativa”.¹¹ Ainda é cedo para arriscar se essas iniciativas darão algum resultado. Mas, em todo caso, estamos assistindo a uma normalização das relações com a ditadura venezuelana que, além do Brasil e da Colômbia, inclui outros países da América Latina, como Panamá, e da Europa, como França e Espanha

Com os EUA, o confronto persiste. Em junho 2022, o governo de Joe Biden não convidou a Venezuela, nem Cuba nem a Nicarágua à Cúpula das Américas celebrada em Los Angeles. O governo venezuelano respondeu com uma viagem de Maduro por países aliados, com visitas a Turquia, Azerbaijão e Catar.¹² Pretendia assim rou-

10 <https://www.france24.com/es/programas/el-debate/20230426-cumbre-sobre-venezuela-en-bogot%C3%A1-el-nuevo-intento-por-solucionar-la-crisis>, acesso em 21 ago. 2023.

11 <https://www.vozdeamerica.com/a/cumbre-presidentes-brasil-otro-salvavidas-aislamiento-internacional-maduro-/7114443.html>, acesso em 21 ago. 2023.

12 <https://elcooperante.com/el-viaje-de-maduro-es-la-apuesta-por-un-nuevo-tablero-geopolitico/>, acesso em 28 jun. 2022.

bar protagonismo à Cúpula e se projetar como um governo forte e consolidado, que não renega dos aliados face às sanções.¹³ Em outra direção, desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, vimos também iniciativas dos EUA para se aproximar da Venezuela, procurando garantir o fornecimento energético para o Ocidente. A licença à Chevron se deu como gesto de boa vontade, complementado com a troca dos sobrinhos da primeira dama, Cilia Flores, condenados a 16 anos de prisão por narcotráfico nos EUA, por sete norte-americanos presos na Venezuela. Nos próximos meses, provavelmente veremos outros gestos semelhantes dos EUA e da União Europeia.

Com relação ao processo de negociação entre o governo e as forças opositoras, no México, que contou com a intermediação da Noruega e o apoio do EUA, foi assinado em agosto de 2021 um Memorando de Entendimento, com uma agenda de sete pontos para guiar a superação da crise venezuelana. Mas, neste outubro de 2023, o governo de Maduro abandonou a mesa de negociações, como protesto pela extradição, em Cabo Verde, do empresário colombiano Alex Saab¹⁴ e até agora não há sinais de que as retome. Capturado em junho de 2020, Saab é considerado uma pessoa muito próxima de Maduro e um dos principais operadores financeiros do governo venezuelano para contornar as sanções. O governo tem feito esforços insólitos para resgatá-lo da Justiça internacional, por ora sem resultados. Alegou, por exemplo, que ele é um diplomata venezuelano e condicionou o retorno do país à mesa de negociações à incorporação de Saab como seu representante. Este enfrenta nos EUA acusações de lavagem de dinheiro ligada a seus negócios com o governo venezuelano.¹⁵

13 <https://elcooperante.com/el-viaje-de-maduro-es-la-apuesta-por-un-nuevo-tablero-geopolitico/>, acesso em 28 jun. 2022.

14 Para um acompanhamento detalhado, ver Martínez Meucci, M. A., em <https://prodavinci.com/negociaciones-en-mexico-un-primer-balance-y-perspectivas/>, acesso em 20 ago. 2023.

15 Há vasta informação sobre esta saga na internet. Para um acompanhamento detalhado, ver www.armando.info ou jornais como o espanhol *El País*.

Embora o governo de Maduro careça de opositores com força política para evitar que continue seu caminho autocrático e de descolamento do Ocidente, e apesar dos seus poderosos aliados internacionais, ele se ressentido do seu status de governo pária, isolado e desprestigiado na comunidade regional e internacional. A Venezuela tem uma investigação aberta na Corte Penal Internacional, acusada de violações aos Direitos Humanos tipificáveis como crimes de lesa-humanidade. O governo de Maduro apelou dessa decisão, e a resposta da Corte não deve demorar.¹⁶ O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos também apresentou vários relatórios — o mais recente de julho de 2023 — nos quais faz um balanço da evolução das diversas violações de Direitos Humanos, e insiste na necessidade de libertação dos presos políticos, do fim dos prolongados atrasos processuais e da garantia ao “pleno gozo do espaço cívico”.¹⁷ Na mesma tônica, a Missão Internacional Independente de Apuração dos Fatos, grupo criado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, no seu último relatório oral, enfatizou a persistência das violações de Direitos Humanos no Arco Mineiro e a crescente repressão de defensores de direitos humanos, sindicalistas, jornalistas, trabalhadores humanitários, políticos e sociedade civil na Venezuela.

4. Encovi: os índices sociais

A Emergência Humanitária Complexa da Venezuela é reconhecida por órgãos nacionais e internacionais desde 2014. Em 2017, dada a ausência de estatísticas oficiais, três universidades nacionais iniciaram a Pesquisa de Condições de Vida (Encovi, na sigla em espanhol), que revelou o colapso multidimensional do país em todo seu dramatismo. Naquele ano, a pobreza atingiu

16 <https://www.wola.org/es/analisis/combatiendo-desinformacion-venezuela-corte-penal-internacional/#:~:text=El%203%20de%20noviembre%20de,decidi%C3%B3%20abrir%20formalmente%20una%20investigaci%C3%B3n>. Acesso em 21 ago 2023.

17 <https://www.ohchr.org/es/statements/2023/07/venezuela-update-high-commissioner-turk>, acesso em 21 ago. 2023.

87% dos lares, houve uma perda de 11 kg de peso em mais da metade da população, o desemprego beirava os 9%, aumentou em 30% a mortalidade materna e mais de um milhão de crianças e adolescentes abandonaram a escola.

Na pesquisa Encovi de 2022, alguns índices persistem, mas também houve mudanças. A pobreza por renda, que em 2020 atingiu 92% das famílias venezuelanas, em 2022 baixou a 81,5%. A pobreza extrema situou-se em 53,3%, também indicando uma redução. A Encovi agora registra a *pobreza multidimensional*, que considera a renda mais a capacidade de satisfazer necessidades básicas, afinando a apuração da qualidade de vida. Esse indicador também recuou, de 65,2% em 2021 a 50,5% em 2022. São reduções significativas, mas insuficientes, ligadas à recuperação de alguns indicadores econômicos apontados acima e à retomada da atividade laboral com o fim do ciclo mais duro da Covid-19.

A desigualdade, porém, continua aumentando. A Venezuela foi um dos países de maior igualdade social na América do Sul, mas agora é o mais desigual da região e um dos mais desiguais do mundo. O índice de Gini, que em 2014 era de 40,7, passou a 56,7 em 2021 e 63 em 2022. A diferença entre a faixa mais pobre e a mais rica é de setenta vezes. Esses dados explicam em parte o brutal êxodo dos venezuelanos.

As alterações demográficas resultantes dessa emigração se assemelham às de países em situação de guerra ou pós-guerra. Na ausência de censos, o Escritório de População da ONU (UNPOP) calculou, em 2020, que a Venezuela teria então perto de 28,4 milhões de habitantes. O Escritório Nacional de Estatística (INE) projetara uma população de 32,6 milhões para aquele ano. Portanto, a população venezuelana teria encolhido aos níveis de 2010, perdendo até aquela data 4,2 milhões de habitantes.¹⁸ A Encovi,

¹⁸ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-57991341>, acesso em 1 out. 2023.

por sua vez, vem registrando a drástica alteração da estrutura demográfica em função da perda de pessoas nas faixas jovens, o que impacta os índices de envelhecimento e de carga demográfica e desperdiça as vantagens do bônus demográfico que implicava contar com um maior volume de população em idade de trabalhar, fator potencial para a retomada do desenvolvimento.

O salário mínimo, recebido por milhões de trabalhadores e pensionistas, é de Bs.130 mensais, o que em agosto de 2023 equivalia a 4 dólares, valor insuficiente para cobrir qualquer necessidade básica. Uma cartela de ovos (30 ovos), por exemplo, custa o equivalente a 5,8 dólares. O salário é complementado pelo governo com cestas de alimentos (Caixas CLAP - Comitês Locais de Abastecimento e Produção) e bônus monetários, concedidos mediante registro no *Carnet de la Patria*, um cartão digital complementar à carteira de identidade. Diante da inflação galopante, o governo se recusa a reajustar o salário mínimo, limitando-se a oferecer aumentos nos bônus. Segundo a Encovi, cerca de 90% da população já tem esse cartão. As cestas CLAP e os bônus monetários são praticamente as únicas políticas sociais do governo. A distribuição das cestas, com preço subsidiado e composição insuficiente, é irregular. Destinava-se uma por família de cinco pessoas, ou duas para famílias acima de cinco, e só 35% dos entrevistados disseram recebê-las todo mês. O preço da cesta CLAP, em 2022, foi em média de Bs. 45 (cerca de 1,6 dólares). Quanto aos bônus, 40% dos entrevistados disseram recebê-los mensalmente e 24% quinzenalmente. De acordo, novamente, com a Encovi, o valor médio dos bônus recebidos pelas famílias em 2022 foi de 6,3 dólares. O Centro de Documentação e Análise Social da Federação Venezuelana de Professores (Cendas, na sigla em espanhol) calculou o preço da cesta básica familiar para cinco pessoas, em maio de 2023, em \$523,29. O emprego no setor privado tem um salário médio de \$200.

Esses números refletem a precariedade predominante na vida dos milhões de venezuelanos que permanecem no país. Soma-se a eles a profunda deterioração de serviços públicos essenciais. Apenas como ilustração, aponto abaixo alguns indicadores desses serviços.

A saúde pública na Venezuela reduziu em 70% sua capacidade de resposta desde 2016.¹⁹ Estima-se que 9,3 milhões de pessoas com algum problema crônico de saúde não têm como se tratar por falta de recursos ou medicamentos. No âmbito educacional, a matrícula escolar vem caindo ano após ano. De acordo com a ONG Memoria Educativa, em 2006, a cada 100 pessoas em idade escolar, 51 estavam inscritas no sistema educativo. Em 2019, a cada 100, apenas 32 estavam recebendo formação.²⁰ Segundo a Encovi, 28% dos escolares não frequentam as aulas por falta de água, 22% por falta de alimentos em casa e 13% pelo descumprimento da política alimentar na escola. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), de 2016 até 2022, desapareceram 1.275 escolas. Dos 527.538 professores em exercício em 2016, hoje restam 263.769. Segundo dados da Unidade de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura da Organização dos Estados Americanos (UDSE), o docente no topo da carreira recebe pouco menos de 10 dólares por mês, enquanto o salário do iniciante não chega nem a 5 dólares.

Em função dessa situação catastrófica, o conflito social só faz aumentar. Segundo o Observatorio Venezolano del Conflicto Social (OVCS), entre janeiro e junho de 2023, realizaram-se 4.351 protestos, 11,79% a mais comparado ao mesmo período de 2022. Destes, 72% foram motivados pelas condições de trabalho. Sindicatos e organizações de todo o setor educacional, de

19 Números obtidos em <https://tw.lagranaldea.com/2023/07/31/la-urgente-e-inaplazable-reconstruccion-institucional-de-venezuela/>, acesso em 2 ago. 2023.

20 Luis Bravo, diretor de Memoria Educativa, em <https://www.infobae.com/america/venezuela/2020/02/20/los-numeros-de-la-crisis-educativa-en-venezuela-casi-700000-estudiantes-dejaron-la-escuela-y-cerraron-1275-colegios/>, acesso em 1 out. 2023

saúde e dos aposentados do setor público estão entre os grupos mais atuantes.²¹

Também aumentaram os protestos motivados por direitos civis e políticos, com 597 manifestações, 14% a mais que no primeiro semestre do ano passado. Destacam-se as lutas pelo acesso à Justiça, por direitos das pessoas privadas de liberdade, denunciando a morosidade processual e as péssimas condições de reclusão. Do mesmo modo, a sociedade civil organizada se mobilizou em repúdio à perseguição, estigmatização, criminalização e detenção de defensores de direitos humanos, trabalhadores humanitários e líderes sindicais.

5. O contexto político: primárias e presidenciais

O regime de Maduro controla quase todos os poderes públicos em todos os níveis. Mas é uma hegemonia particularmente instável, pois depende muito da coação. Sua legitimidade e/ou popularidade sempre foi muito baixa. Em 2013, ganhou as eleições com uma diferença de apenas 1,4% sobre o candidato da oposição, Henrique Capriles Radonski, apesar de mobilizar todos os recursos do Estado para sua campanha (meios de comunicação, funcionários, edifícios e transporte para seus atos, distribuição de presentes com dinheiro público, entre outras manobras). A oposição, por sua vez, apesar de muito fragmentada e debilitada, veio construindo uma nova estratégia para responder ao desafio das próximas eleições presidenciais de 2024. Tem buscado a coesão, sem que possamos dizer ao certo se conseguirá ir unida às presidenciais de 2024.

O governo paralelo de Juan Guaidó chegou ao fim em dezembro de 2022. Em abril de 2023, Guaidó foi para os EUA saindo

21 <https://www.observatoriodeconflictos.org.ve/destacado/conflictividad-durante-el-primer-semestre-de-2023>, acceso em 22 ago. 2023


pela Colômbia. Seu último ano foi particularmente problemático, pois o mandato parlamentar da Assembleia Nacional (AN) que o nomeara presidente em 2019 já havia acabado, sem que sua estratégia política à frente do governo paralelo apresentasse resultados concretos. Na última etapa, também foi enfraquecido por denúncias de corrupção no trato dos recursos públicos que controlou como governo reconhecido por muitos países.²²

A Plataforma Unitaria Democrática (PUEDE), que substituiu a MUD, excluída das eleições pelo Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) em 2018, designou como seu secretário executivo, em maio de 2022, o dirigente do partido Un Nuevo Tiempo e ex-presidente da AN, Omar Barboza. Com Barboza iniciou-se uma nova etapa, na qual as forças opositoras abandonaram a estratégia de pressão máxima, para configurar outra gradual e centrada na via eleitoral.²³ Não foi fácil.

Antes da designação de Barboza, o PUEDE participara das eleições regionais de 2021. Na época, a estratégia unitária para a escolha dos candidatos funcionou apenas em alguns locais, e por isso os resultados foram pouco satisfatórios. Apesar de a oposição ter um capital eleitoral superior à situação em quase todos os estados, por falta de coordenação entre as unidades para apresentar candidaturas únicas, obteve apenas quatro dos vinte e três governos estaduais. Mas houve uma grande surpresa na eleição de governador do estado de Barinas, justamente o torrão natal de Hugo Chávez e feudo de sua família desde 1998, sempre governado por algum membro dela a partir daquele ano. Mesmo respaldado por uma aliança precária, o candidato opositor conseguiu vencer Argenis Chávez, ainda que por uma mar-

22 Como governo legítimo reconhecido por mais de cinquenta países da comunidade democrática internacional, Guaidó teve sob sua responsabilidade a administração de algumas empresas do Estado venezuelano no exterior, como as companhias CITGO, nos EUA e Monómeros, na Colômbia.

23 <https://efectococuyo.com/politica/omar-barboza-espero-ser-util-para-unir-a-toda-la-oposicion/>, acesso em 16 maio 2022.



gem muito estreita. O TSJ anulou a vitória alegando que o candidato estava inabilitado pela Controladoria-Geral da República, informação essa ignorada por todos, incluído o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), que homologara sua candidatura. O CNE convocou novas eleições e inabilitou mais dois candidatos que o PUEDE tentou inscrever. Em reação a isso, outros partidos se somaram à aliança, e um quarto candidato, da coalizão Alianza Democrática (AD), que já fora eleito deputado por essa unidade da federação, foi finalmente aceito pelo CNE. As eleições foram repetidas em janeiro de 2022, e a oposição venceu com uma vantagem bem mais larga que da primeira vez. Essa experiência deixou um exemplo claro para as eleições presidenciais de 2024, válido para ambos os lados.

Em novembro de 2022, o PUEDE nomeou a Comissão Nacional das Primárias (CNP), com representantes independentes e de reconhecidas trajetórias na vida cívica do país (cinco titulares e cinco suplentes). Com o voto dos seus integrantes, Jesús María Casal, decano da Faculdade de Direito da Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) foi nomeado presidente da Comissão. A CNP vem organizando todo o processo de escolha do candidato unitário, o que inclui um cronograma eleitoral e a determinação da data, marcada para 22 de outubro de 2023.

Sua tarefa tem sido complexa. Dentre as contínuas ameaças que vem enfrentando, uma das maiores foi a crise institucional do CNE, ocorrida em junho, quando, sem explicação alguma, os conselheiros chavistas renunciaram em bloco, ao que se seguiu a renúncia dos dois principais conselheiros não governistas. A CNP havia solicitado o apoio logístico do CNE no processo das primárias, para poder garantir a ampla participação com menor custo. A crise obrigou a descartar essa possibilidade ou arriscar-se a não poder cumprir as metas propostas no cronograma eleitoral, incluindo a data agendada. Pouco depois, a CNP infor-

mou que o processo se daria em autogestão.²⁴ Entre junho e julho, cumprindo o cronograma, abriu-se o período de cadastro de venezuelanos no exterior, com o registro de 397.168 cidadãos.²⁵

O governo continuou colocando obstáculos para insuflar a desconfiança, a desmobilização e a desesperança. Insinuou adiantar as eleições para invalidar o cronograma das primárias. Inabilitou a candidata opositora do partido Vente Venezuela, María Corina Machado (MCM), líder nas pesquisas. E a AN, controlada por Maduro, designou em agosto um CNE com três representantes da situação e dois da oposição, pondo na presidência Elvis Amoroso, que vinha a ser o controlador responsável pela inabilitação de MCM e dos candidatos do PUEDE nas eleições para o governo de Barinas. Esses procedimentos, para além da sua má-fé, violam a Constituição, que exige a independência política dos conselheiros do CNE e um embasamento firme para cassar os direitos políticos de algum cidadão ou justificar sua inabilitação eleitoral.²⁶

As pesquisas confiáveis mostram, desde julho, uma crescente disposição dos cidadãos em participar das primárias da oposição. Segundo o instituto Delphos, 67% estão dispostos a votar, um número surpreendente, que vem crescendo de forma sustentada. A vantagem de MCM sobre os demais candidatos da oposição é ampla, e parece que venceria com folga, tanto nas primárias como no confronto com Nicolás Maduro, pois entre 75% e 82% dos entrevistados, dependendo da pesquisa, declaram desejar uma mudança política.²⁷ Os institutos Delphos e

24 <https://cronica.uno/comision-de-primaria-anuncia-que-la-eleccion-sera-autogestionada/>, acesso em 12 ago. 2023.

25 <https://talcualdigital.com/hay-397-168-venezolanos-en-el-exterior-habilitados-para-votar-en-la-primaria/>, acesso em 22 ago. 2023.

26 Mais recentemente, foi oferecido apoio técnico à CNP, com a condição de adiar a data estipulada para as primárias, o que, se aceito, certamente provocaria tensões e divisões dentro do PUEDE.

27 <https://elpitazo.net/politica/encuesta-revela-que-67-de-la-poblacion-votaria-en-las-primarias-de-oposicion/>, acesso em 25 ago. 2023.

Datanalisis apontam que o chavismo vem perdendo seu capital eleitoral, que estaria abaixo de 25%, e, dentro desse grupo, menos de 13% se declaram dispostos votar em Maduro, que seria novamente o candidato da situação.

A tendência a uma vitória da oposição nas eleições presidenciais de 2024, sobretudo se o candidato sair de primárias democráticas, parece inevitável dentro das mínimas condições competitivas, e isso explica as manobras autoritárias cada vez mais frequentes e duras por parte do governo. Este vem exercendo um forte controle da informação, usando recursos estatais para a campanha, impondo regras eleitorais convenientes a seus interesses, interferindo nas cúpulas dos partidos da oposição para infiltrar pessoas complacentes com o governo, inabilitando os candidatos mais populares, intimidando militantes e ativistas de ONGs que promovem a participação cidadã, entre outras manipulações. Mas o grande desafio, talvez maior que as próprias manipulações do governo, é as forças opositoras aceitarem uma coordenação estratégica entre elas para enfrentarem as eleições presidenciais em bloco, única maneira de reunir forças suficientes para acuar o regime autocrático.

6. Como fecho: um panorama de incertezas

O capital eleitoral de Nicolás Maduro sempre foi precário. Em 2013, passado um mês do falecimento oficial de Hugo Chávez, sua vitória sobre o opositor Capriles Radonski foi de apenas 1,4%. Isso contribuiu para sua pronta conversão em regime autoritário, pois essa fraqueza do apoio popular se manteve constante. As eleições com Maduro nunca foram justas, e ninguém espera que agora sejam, mas a situação atual é mais difícil para o governo e abre uma oportunidade de avançar na luta para os atores que querem uma transição democrática. Por outro lado, a candidatura de Maduro parece inevitável. É o líder da revolução, o homem

de confiança dos cubanos e o eixo de toda a coalizão de tribos políticas, civis e militares que sustenta o regime. Sem ele, o chavismo corre o risco de desabar.

Até o presente, a CNP, em meio a todo tipo de obstáculos, permaneceu focado no seu objetivo de chegar às primárias, cumprindo seu cronograma e sem cair nas provocações do governo e das forças opositoras que as questionam. Embora os principais candidatos da oposição tenham sido inabilitados de maneira arbitrária pela Controladoria, cuja cabeça agora passou a ser o presidente do CNE, até agora, a CNP os mantém na lista das primárias, argumentando que essas inabilitações são inconstitucionais. Enquanto isso, atores nacionais e internacionais requerem o cancelamento dessas inabilitações. A pressão cresce, gerando condições que podem favorecer uma coesão mais firme entre as desagregadas forças políticas opositoras e promove a conscientização da cidadania.

Como vimos, o desempenho do governo é desastroso, a economia não consegue retomar o crescimento, os salários são de fome, os serviços públicos não servem, não há saúde pública, educação pública nem segurança social. Os meios de comunicação oficiais repetem mentiras de um bem-estar que poucos compram. Já não bastam as cestas Clap para garantir lealdade política. A repressão a líderes sindicais e sociais de suas próprias fileiras desencanta suas bases. A intervenção mais recente no Partido Comunista da Venezuela, destituindo suas autoridades para impor quadros leais a Maduro, alijou a agremiação do arco de aliados no contexto regional e internacional.

Nesse cenário, o que emerge são perguntas de respostas fugidias. Sabendo da sua debilidade eleitoral, o governo permitirá mesmo a realização das primárias? Se as inabilitações não forem canceladas, que é o mais provável, a oposição manterá

sua promessa unitária de participar das presidenciais e respaldar em bloco a opção que, mesmo não sendo a primeira, possa competir nas eleições? Ou se desagregarão, com uma parte chamando à abstenção e outra competindo com candidatos próprios? Se não se desagregar, Maduro permitirá que as presidenciais sejam celebradas?

Ao fechar esta análise, MCM continuava liderando as pesquisas das primárias, com Henrique Capriles Radonski num distante segundo lugar. Ambos estão inabilitados. Ambos são políticos aguerridos de longa trajetória. MCM sempre manteve uma posição principista, negando a negociação com um governo que acusa de “criminoso”, tachando a outros opositores de complacentes com Maduro e declarando que, aconteça o que acontecer, seguirá “até o final”, uma frase críptica que se presta a diversas interpretações. Capriles Radonski, ao contrário, centrou seu discurso na estratégia da unidade, declarando que, se não o deixarem competir nas presidenciais, continuará a respaldar a “via eleitoral” e lutando por ela. No início de setembro, Capriles recebeu o apoio do partido Un Nuevo Tiempo, que tem como principal dirigente o governador do estado de Zulia. Com isso, duas das organizações políticas mais fortes; Primero Justicia e UNT reúnem forças em torno de sua candidatura. MCM, por seu turno, recebeu o apoio de dois partidos menores, Convergencia e Alianza Bravo Pueblo.

Ao fechar esta análise, os ataques do governismo à CNP tornaram-se mais estridentes, procurando deslegitimá-la, desmotivar o voto opositor ou talvez criar condições para cancelar as primárias. Outros atores políticos não governistas também põem em dúvida sua capacidade de conduzir em autogestão um processo dessa complexidade. Para contribuir com a crescente tensão, os atores políticos da oposição não chegam a um acordo sobre um mecanismo de troca ou substituição se o ganhador das pri-

márias, que deverá ser um dos dois candidatos inabilitados, não puder oficializar sua candidatura à presidência junto ao CNE. Se a unidade opositora obtida para as primárias se romper, concorrendo fragmentada às eleições presidenciais, Maduro tornará a vencer, e a crise continuará avassaladora. Nesse contexto, o exemplo do ocorrido no estado de Barinas, quando, diante da manobra do governo de não reconhecer a vitória da oposição anulando a eleição para governador e convocando novas eleições, os partidos de oposição se uniram e, assim, conseguiram uma vitória mais contundente que da primeira vez, deveria servir de farol para as forças opositoras chegarem a bom porto.

Outubro de 2023

